



**A Forja do Historiador:
Um estudo sobre a construção dos currículos e a formação docente em História da
Universidade Estadual do Piauí (1993-2022)**

Gilmar Pereira Limeira Júnior¹

Resumo: O presente trabalho tem como objeto principal a formação docente em História oferecida pela Universidade Estadual do Piauí-UESPI. Na pesquisa analiso os Projetos Pedagógicos de Curso-PPC dessa licenciatura, no recorte de 1993 a 2022, objetivando investigar se é possível a partir da análise dessa proposta de formação de professores de história perceber quais são as intencionalidades, tanto da instituição quando dos docentes que participaram da construção desses documentos, no que se refere às escolhas teóricas e metodológicas realizadas na construção dessas estruturas curriculares. Além dos PPCs, são fontes dessa pesquisa as legislações nacionais e institucionais que normatizam as licenciaturas, atas de reunião colegiadas, os currículos dos docentes e entrevistas semiestruturadas. Categorias/conceitos como interseccionalidade, currículo, locus de enunciação e espaço geopolítico são caros à pesquisa. A tese visa contribuir com pesquisas que girem em torno do ensino de História, e demandas do tempo presente, especialmente aquelas relativas a educação para as relações étnico raciais.

Palavras-chave: Currículo; Licenciatura em História; Formação Docente.

Compreender a trajetória que percorri até iniciar a pesquisa que aqui apresento é passo necessário se o objetivo for uma aproximação com o projeto que desejo realizar, é ele que confere os contornos do meu lugar de atuação como educador/historiador/pesquisador. Durante oito anos atuei diretamente em instituições de ensino, sendo que seis deles foram especificamente em Institutos Federais, Piauí (IFPI) e Maranhão (IFMA), este último é ainda hoje meu endereço profissional. Nele atuei na Coordenação de Programas e Projetos Educacionais na Pró-Reitoria de Ensino, onde me foi oportunizado entender na prática o que havia estudado durante o curso de Licenciatura: como se consolidam as políticas educacionais. Fui responsável pela leitura e avaliação de Projetos Pedagógicos dos mais diversos cursos e campi no IFMA, bem como pude contribuir na finalização do Projeto Político Pedagógico desta mesma Instituição, onde foram necessários inúmeros debates, o debruçamento sobre estatísticas educacionais, verificação de sistemas, estudos teóricos e análise de instrumentos normativos. Neste espaço contribuí com a execução de atividades de extensão e eventos de pesquisa.

¹Mestre em História do Brasil pela UFPI em 2014. Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da UDESC. Orientado pela professora Dra. Cláudia Mortari. E-mail: gilmar.limeirajunior@ifma.edu.br



Destaco a atuação na Direção de Desenvolvimento Educacional de um dos campi do IFMA durante dois anos, findados em 2020. Esta função é responsável por gerenciar todo o funcionamento do Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus, sendo pré-requisito essencial (diria até que inescapável) a predisposição ao diálogo, com professores(as), alunos(as) e comunidade. Ocupei durante um ano a coordenação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) do campus citado acima, núcleo essencial tanto no início como no desenvolvimento da pesquisa que pretendo realizar.

Esta experiência me aguçou os olhos para a compreensão dos mecanismos que se desenvolvem em uma instituição para que a educação se consolide, e como este processo se apresenta nas normativas e regulamentos. Durante toda esta trajetória sempre estive em meu horizonte as conexões entre a prática educativa e a formação recebida durante a Licenciatura em História e Mestrado em História do Brasil.

Acredito que a História, como ciência, nos forja com um vigoroso arcabouço de ferramentas, nos possibilitando uma leitura acuidosa do mundo, daí a importância de destacar as conexões citadas no parágrafo anterior. Descrevo toda esta trajetória por entender que ela, seus caminhos, forneceu os elementos essenciais para a pesquisa que venho desenvolvendo. Pude me familiarizar com os aspectos legais específicos da Educação, construção de Projetos Pedagógicos, e principalmente, para pesquisa aqui apresentada, a construção de matrizes curriculares.

Aliada a esta trajetória, colocaria, com grau equivalente de importância, a crença (não sei se esta seria a melhor palavra, mas aponto que, respeitando as contradições disso, seria uma espécie de “crença cética”) de que a educação é um dos mais potentes vetores de mudança do mundo tal como esta posto. Contudo os caminhos que percorri me fizeram compreender que educação, como projeto de sociedade é espaço político e de política, e por isso carrega em seu âmago disputas e contradições de várias ordens. A consciência dessa dinâmica me trouxe ao projeto que aqui apresento.

Talvez não por acaso a opção por uma aproximação dos estudos, teorias e epistemologias decoloniais. Ela se deu em virtude de sua consonância com o educador/historiador/pesquisador que sou e desejo continuar a me tornar. Tais estudos centralizam sua atenção sobre o processo de construção de subjetividades e identidades configuradas sob a forte presença de relações de dominação, uma vez que, como afirma Quijano (2005), são frutos de uma globalização que foi resultado de um processo que se inicia



com a formação da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocêntrico. Tal processo constitui e consolida o novo padrão de poder no mundo, sendo basilar para esse padrão de poder o processo de racialização da população mundial como classificador social. A construção desse padrão mental se torna expressão fundamental da dominação das colônias, permeando as dimensões mais centrais do poder a nível mundial. Essa classificação social por meio da ideia de raça teria tanto origem quanto caráter colonial, contudo, acabou tendo mais duração e estabilidade que o colonialismo que lhe serviu de matriz, ou seja, o padrão de poder que hoje é hegemônico carrega fortemente essa marca da colonialidade.

A produção historiográfica em uma vasta porção do globo se insere dentro desta dinâmica, tendo seus elementos percebidos, às vezes de forma evidente, às vezes de forma sutil, na construção dos documentos que ordenam o fazer educacional. A exemplo das leis e matrizes curriculares, das teorias escolhidas, dos autores selecionados e, principalmente das tradições epistemológicas, conceitos e sujeitos que são silenciados durante este processo de escolha.

O trabalho pode aqui contribuir de forma significativa com a historiografia, uma vez que ao investigarmos a formação recebida pelos(as) professores(as) e pesquisadores(as) de História no Piauí, por meio das matrizes curriculares, podemos abrir caminhos e novas chaves de leitura, para os(as) pesquisadores(as) que neste estado produzem, bem como fornecer ferramentas para fomento, na praxis da formação dos professores desta área, das discussões acerca da formação dos(as) licenciados(as) em História, discussão esta cara tanto pra historiografia brasileira, quanto para historiografia local.

Desta forma, como apontado acima, procuro, a partir da análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí-UESPI (bem como a partir de outras fontes, as quais apontarei mais a frente), perceber qual a formação de professores de história é pretendida por esta instituição e pelos docentes que constroem esses documentos. Parto do princípio de que em virtude da característica multicampi da instituição, localizada no estado do Piauí, possuindo características regionais específicas e um corpo docente com formação diversa, realiza um movimento para atender demandas locais específicas, visando a construção de documentos que deem conta das especificidades locais, provocando reflexões acerca da formação que oferece. Me debruço sobre estes Projetos pedagógicos no intuito de esmiuçar os seus aspectos centrais visando

perceber quais diálogos historiográficos são por eles realizados, sua perspectiva teórica, noções de temporalidade, aplicabilidade dos instrumentos normativos.

A escolha pela UESPI se dá por esta se apresentar como uma das instituições de maior capilaridade do estado do Piauí, ocupando praticamente todas as suas microrregiões, possuindo 14 campi, em 13 municípios diferentes, dois na capital, e doze no restante do estado. A Licenciatura em História se faz presente em sete desses, indo do litoral ao sul do estado, se fazendo presente nos mais diferentes contextos, econômicos, sociais e geográficos. O curso de Licenciatura em História está presente nos municípios de Teresina, São Raimundo Nonato, Floriano, Parnaíba, Oeiras, Barras e Campo Maior, ou seja, em sete das onze microrregiões, e nas quatro Regiões Ambientais (CEPRO, 2009). Esta abrangência, além de nos fornecer uma excelente amostragem para pesquisa, toca em contextos dos mais distintos, social, econômica e geograficamente.

A investigação sobre os currículos construídos por esta instituição me auxilia a compreender os processos aos quais esses instrumentos foram submetidos até sua temporária consolidação, pois entendemos que o currículo tem uma história e é socialmente determinado, sendo, portanto, mutável. A compreensão dessa mutabilidade é essencial ao trabalho que pretendo realizar, pois tais mudanças são fruto de escolhas, tensões, embates, e resultado de narrativas e discursos cuja influência reverbera em sua construção e operacionalização, sendo definidor da formação recebida.

A realização deste recorte me permite tentar perceber como as matrizes curriculares, em sua pluralidade, são apreendidas em realidades tão ricas em suas idiossincrasias. É possível ainda perceber como essa matriz é e foi colocada em prática, pois o currículo não é estático, se mostra como resultado de um conjunto complexo de relações, pois ao ser traduzido, ao ser colocado em ação, entra em contato com estudantes de comunidades distintas, com experiências particulares. O mesmo pode ser dito do corpo docente, composto por profissionais de vários estados do país, cada um com suas experiências acadêmicas, e pesquisas realizadas nas mais distintas áreas de concentração.

Essa discussão conduz ao Currículo, aqui tratado como território de disputas, tensões, hegemonias e silêncios. Ao abordá-lo, o faço a partir da aproximação com Miguel Arroyo (2011;2012), Michael Apple (2007), Tomaz Tadeu da Silva (2005) e Nilma Lino Gomes (2020).

Levantar esse debate acerca do currículo é aqui importante porque ele se apresenta como um dos principais elementos no pensamento, formulação e consolidação da formação de docentes, nos possibilitando perceber a que era objetiva e a que foi posta em prática. A discussão trazida por Marieta de Moraes (2022) tem nos auxiliado a compreender os diversos desafios enfrentados pelas licenciaturas em História, como a concentração dos estudos sobre formação de professores nos cursos de Educação e a falta de realização desses estudos nas pós-graduações de História (como apontamos a partir da revisão bibliográfica apresentada mais a frente). Ao apontar na direção de conferir à docência centralidade no que se refere ao espaço profissional ocupado pelo historiador, auxilia a esta pesquisa localizar os as disputas e tensões presentes nas fontes aqui trabalhadas.

Tal cenário leva a uma a visão dicotômica entre ensino e pesquisa que tem afetado o desenvolvimento do ensino de História no Brasil ao restringir as questões relativas ao ensino às disciplinas pedagógicas dos cursos de Licenciatura e aos Programas de Pós-Graduação em Educação (COSTA, OLIVEIRA, 2007), o que produz a falsa e problemática ideia de que o ensino, o ato de ensinar, estivesse em uma posição hierárquica inferior quando comparado à pesquisa. Isso impacta diretamente as pesquisas sobre Ensino de História.

Para compreensão dessa dinâmica recorri a pesquisa apresentada por Margarida Oliveira (2007) e Aryana Lima (2007), onde analisam esse panorama nos últimos cinquenta anos. As autoras apontam quais foram as principais contribuições para a pesquisa em ensino de História no país. Além disso, ao discutirem sobre a relação entre ensino e pesquisa, apontam para importância de superar a dicotomia entre essas duas áreas. Também apresentam algumas reflexões sobre o papel do ensino de História na formação de cidadãos críticos e atuantes na sociedade, bem como destacam a necessidade de pensarmos novas formas de ensinar História, que levem em consideração as mudanças sociais e culturais que vem complexificando as relações na contemporaneidade. Com Oliveira (2009) também pude perceber a diversidade de abordagens possíveis ao nos debruçarmos sobre pesquisa em Ensino de História.

Desta forma, no intuito de alcançar o que proponho com a pesquisa, acredito ser necessário o debruçamento sobre as matrizes curriculares e projetos políticos pedagógicos, no período de 1993 à 2022 . Todas as outras fontes selecionadas se relacionaram diretamente com esses projetos, ponto de partida da análise. Os projetos analisados sofreram modificações a partir das demandas de cada campus. Essas demandas os fizeram abandonar um projeto

geral para todos os campi para projetos específicos. Esse recorte temporal, assim como as escolhas teóricas, metodológicas e de fontes, visa a acompanhar esse movimento do geral para o específico e objetiva responder ao questionamento de quais intencionalidades a instituição apresenta no que se refere à formação pretendida para o docente em história, bem como confirmar ou refutar a hipótese, já exposta mais acima, de que a UESPI, em virtude de sua característica multicampi, realiza um movimento para atender demandas locais específicas, visando a construção de documentos que deem conta das especificidades locais, a partir de reflexões a cerca da formação que oferece.

Visando a familiarização com o que vêm sendo debatido até o momento sobre as questões aqui levantadas, realizei um levantamento das produções que versam sobre a temática específica que trabalhamos aqui, na forma de estado da arte/revisão bibliográfica. Ela ainda está sendo ampliada, mas o que consegui até aqui oferece um panorama que muito tem auxiliado na pesquisa. O levantamento que foi realizado teve como principal foco as discussões acerca do currículo da licenciatura. Procurei selecionar pesquisas que se aproximassem do debate proposto aqui.

Partindo desse levantamento, elenquei algumas pesquisas com as quais o diálogo será bastantes enriquecedor, no sentido da aproximação com a temática visada aqui. Em primeiro lugar a dissertação *A formação inicial de professores e a Universidade: alguns olhares sobre as licenciaturas em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, de Flávia Ramos (2018). Neste trabalho a autora discute a formação inicial docente, se dedicando especificamente à relação entre as disciplinas de conhecimento específico e as de conhecimento pedagógico, aborda as disputas envolvidas em suas implementações a partir da análise dos documentos normativos e de entrevistas. Focando também na formação docente temos o trabalho de Maria Silveira (2019), *Formação inicial de professores de História: organizações curriculares e saber constituintes*, onde a autora se debruça sobre a organização disciplinar, discutindo o caráter bacharelizante dos currículos a partir da análise de 51 cursos de História e 30 projetos pedagógicos, especificamente de universidades federais. Sua análise se ancora em um corpo documental vasto, se concentrando na análise de conteúdos, procurando debater questões relacionadas à construção dos currículos destes cursos, apresentando um panorama da relação entre a formação pretendida e a oferecida, e suas relações com o aparato legal.

Juntamente com o trabalho de Silveira (2019), a tese de Ângela Ferreira (2015), é o trabalho que analisa a maior quantidade de projetos pedagógicos, contemplando todas as regiões brasileiras, entre universidades federais e estaduais. Sua pesquisa tem como objeto principal a prática de ensino como componente curricular, e as reformulações curriculares que levaram à sua implementação. Além dos PPCs, e instrumentos legais, também traz como fonte entrevistas com docentes envolvidos nessas reformulações. Sua análise procura perceber as particularidades na forma como estes sujeitos interpretaram a lei e a puseram em prática, buscou delinear quais orientações estavam presentes de forma mais evidente nos currículos. Sua pesquisa aponta dentro destas dinâmicas fatores históricos, consensos negociados, disputas internas, e quais fatores forem importantes para consolidação dos cursos tal como se apresentavam.

No que se refere a pesquisas que abordem diretamente as aplicações das leis 10639/2003 e 11645/2008, temos Walter Lippold (2008), Aline Valentine (ano) e Karla Vieira (2022). A dissertação A África no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: possibilidades de efetivação da Lei 11.645/2008 e da Lei 10639/2003, um estudo de caso, de Lippold (2008), discute, a partir de entrevistas semiestruturadas e dos instrumentos legais, a forma como os conteúdos exigidos pela lei são apresentados nos ementários e como se dá sua oferta no curso. Já Aline Valentine (2016), se concentra especificamente em conteúdos relacionados à História e cultura indígena, discutindo os impactos da Lei 11645/2008 em quatro cursos de licenciatura no Estado de São Paulo. Em sua tese História e cultura indígena nas Licenciaturas em História: USP, UNESP/FCL-Assis, UNICAMP E PUC-SP, apresenta como estão dispostos os conteúdos, a presença (ou não) de disciplinas específicas na matriz curricular, a realização/ausência de concursos para especialistas e quais as orientações acadêmicas para implementação do exigido na legislação. Confere especial atenção às discussões sobre currículo.

A discussão sobre racismo no ensino de História é cara à tese de Karla Vieira (2022), Passados que não passam: Racismo no Ensino De História e a Lei Nº 10.639/03 Em Escolas Estaduais Catarinenses (2003 – 2021). Sua pesquisa se concentra em como foi abordada nas escolas da rede estadual de Santa Catarina, em Florianópolis, a temática afro-brasileira e africana, a partir das propostas curriculares entre 1990 e 2000. Partindo da experiência dos professores, procura perceber os conflitos e tensões decorrentes de um passado racializado que ainda se faz presente, onde identifica a partir das entrevistas críticas ao eurocentrismo, ao

racismo e à colonialidade. Destaco sua utilização da categoria de “currículo como espaço tempo de diversidade cultural” (VIEIRA, 2022), as discussões em torno das noções de cultura histórica e cultura escolar, e também o debate acerca da noção de “aula como texto”.

Por fim, o contato com o trabalho de Aryana Lima (2010; 2018), tanto com sua tese quando dissertação, merece destaque. O debruçamento sobre suas pesquisas pode fornecer elementos importantes para compreensão das discussões em torno da formação profissional de História, bem como sobre o processo de disciplinarização do saber histórico. A análise das disciplinas, da legislação, as escolhas relacionadas às entrevistas, a análise da trajetória dos docentes, bem como a relação que apresenta entre a dupla experiência dos professores da sala de aula e da produção de historiografia, podem me auxiliar na construção de ferramentas teóricas e metodológicas no intuito de melhor compreender, nos documentos e entrevistas que analiso, a identidade do historiador, sua atuação, suas noções de temporalidade e cultura história, e como este percebe o ensino na licenciatura em História.

A partir do exposto até aqui, a pesquisa tem, neste momento, como objetivo geral investigar e historicizar as mudanças e permanências na construção dos currículos de Licenciaturas em História da Universidade Estadual do Piauí-UESPI (1993-2022), visando perceber quais bases teóricas e conceituais embasam a constituição dessas propostas curriculares e como elas influenciam a formação dos docentes forjados por este curso. Como objetivos específicos: Problematizar os estudos e pensamentos decoloniais, enquanto categoria histórica na contemporaneidade, localizando qual lugar da História acadêmica e do Ensino História é reservada para essa discussão; Investigar de que maneira a formação recebida nas Licenciaturas já citadas dialogam com a prática docente no ensino básico, concentrando maior atenção à implementação das Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, bem como suas diretrizes correspondentes; Identificar, a partir das ementas presentes nas matrizes curriculares de história da UESPI, se são, e como ocorre, o processo de silenciamento de sujeitos subalternizados; Explicitar como as modificações legais, ocorridas ao longo da existência dos cursos de Licenciatura em História da UESPI foram apropriadas pelas matrizes curriculares.

Ao mirar atender a estes objetivos, a partir da discussão até agora posta, percebo que trabalhar os currículos, em consonância com os debates promovidos pelas pesquisas em HTP se apresenta como um grande desafio, uma vez que para estas últimas a questão temporal ocupa um espaço de centralidade, e parte na direção de reconhecer que os tempos históricos



são múltiplos. Tal multiplicidade ao mesmo tempo que impõe desafios, também nos coloca, como afirma Delacroix (2018), em um privilegiado lugar, uma vez que é possível por à prova novas formas de relacionamento com o tempo e de que forma como o fazer historiográfico é afetado por elas.

Uma vez que parto da concepção de que as experiências com o tempo são plurais, compreendo que diferentes sujeitos, mesmo que dividindo o mesmo tempo e espaço, sentem estas experiências de forma diferente. Tal posição é essencial, à pesquisa aqui apresentada, durante os caminhos que percorri no intuito de entender não apenas que passados, apresentados pelos currículos, não passam, mas de que forma e para que eles são acionados, e qual espaço é dedicado aos diferentes sujeitos dentro da historiografia escolhida/acolhida pelas matrizes curriculares aqui estudadas. Para isso recorri ao diálogo com BerberBevernage (2018) e Reinhart Koselleck (2014; 2015).

Assim sendo, na intenção de responder aos questionamentos levantados por esta pesquisa, tenho trabalhado com uma base empírica diversificada, que tem tornado possível a realização desta pesquisa trabalho. As fontes selecionadas têm por objetivo ajudar a entender quais são as bases de formação de professores de História oferecidas pela UESPI, e qual a proposta de formação presentes nos PPCs. Esta base está sendo composta, sobretudo, através de dois caminhos metodológicos.

O primeiro por meio da pesquisa, leitura, observação e análise dos Projetos Pedagógicos dos cursos-PPC, três projetos gerais e sete específicos. Tenho procurado perceber neles as intencionalidades daqueles que produziram estes documentos. Aqui tem sido bastante caros os trabalhos produzidos por Nilma Lino Gomes (2020), uma vez que ela se debruça sobre as relações de poder envolvidas na produção desses documentos, e na construção da tese procuro entender de que forma os PPCs são marcados por estas relações. Nesse intuito, tem sido necessário ir além dos projetos, analisando também os currículos Lattes dos professores envolvidos com a montagem das propostas e as atas de reunião do Departamento de História, do Núcleo docente estruturante, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) e do Conselho Estadual de Educação, mas apenas as atas que se referem diretamente as estruturas curriculares e suas reformulações. Os currículos são importantes para compreender a formação desses professores, suas pesquisas, seus diálogos e influências.

Por fim, tem sido essencial o estudo e mapeamento detalhado de todo o instrumental legal que versa sobre e orienta a produção dos projetos pedagógicos e sua estrutura curricular,

visando perceber como impacta na construção desses projetos, perceber sua efetivação ou não. De forma central, temos nos debruçado sobre a implementação das leis 10639/03 e 11645/08 e suas respectivas diretrizes.

A análise documental aqui apresentada visa percorrer a base empírica levantada de forma profunda em seus aspectos culturais, sociais e econômicos, compreendendo-a como documento histórico datado, carregado de intenções, e fruto de um conjunto de condições específicas que levaram à sua produção.

A Metodologia da História Oral se destaca como o segundo caminho, ferramenta importante para o pesquisador em História, sua articulação à análise do conteúdo documental nos auxiliará a compor um panorama mais amplo acerca das intencionalidades presentes na construção das propostas curriculares. Pensando os documentos escritos como construções humanas, que ao serem editados produzem subjetividades, acredito na importância da utilização dos depoimentos orais com base em entrevistas semiestruturadas alicerçadas na metodologia na História Oral, uma vez que “não há experiências individuais (por mais singulares que sejam), que não permitam a percepção do contexto social e da rede de relações em que estão inseridas” (GOMES, 2020, p.181). Assim os sujeitos dessa pesquisa se inter-relacionam como produtores de material escrito e de memória sobre essas produções. Os docentes participantes da construção dos Projetos pedagógicos dessa instituição serão o grupo focal dessa pesquisa .

Com relação à História Oral utilizarei como referências, conduzindo a prática e a análise dessas entrevistas, autores brasileiros como Verena Alberti (2004) e José Carlos Sebe Meihy (1996) que orientam sobre a relevância e as possibilidades desse campo de pesquisa. As entrevistas semiestruturadas obedecem critérios de escolha de temas norteadores por parte do pesquisador-entrevistador, deixando o entrevistado à vontade para proceder na melhor forma de explicar suas contribuições, para assim, no percurso da análise das entrevistas perceber as memórias e valores muitas vezes não demonstradas literalmente pelos sujeitos da pesquisa, oferecendo assim, uma maior abrangência ao universo deste trabalho, conferindo centralidade à diversidade de sujeitos que compõe a Instituição de ensino aqui analisada.

Pretendo trabalhar com fontes orais em consonância com as categorias da História do Tempo Presente, compreendendo os desafios colocados, em virtude da proximidade que os pesquisadores que se dedicam a esta seara dos seus sujeitos/objetos de estudo, e por serem contemporâneos dos mesmos, e das pressões que as demandas sociais exercem sobre sua

produção, pois os atores envolvidos possuem voz e atuam tanto na cobrança dos resultados, como contrapondo-os. O diálogo com Marieta de Moraes Ferreira muito nos auxiliará, uma vez que ela chama atenção para os “abusos da memória” (FERREIRA, 2006), decorrentes das pressões citadas acima, uma vez que estas agem na direção de que as memórias envolvidas sejam instrumentalizadas, podendo levar à banalização ou sacralização das mesmas. Estas preocupações repercutem na pesquisa que estamos realizando, e isso se deve ao fato de que utilizaremos depoimentos orais de testemunhas cujos interesses pertencem a um campo repleto de conflitos e tensões, que é a construção de matrizes curriculares.

No que se refere às entrevistas, serão realizadas entre quatorze e vinte e uma entrevistas (duas ou três por campus), com docentes dos sete campi onde existe licenciatura em história.

Juntamente com os referenciais apresentados nas páginas anteriores, opto pela utilização dos estudos decoloniais por estes pretenderem lançar novas questões sobre narrativas que se apresentam como oficiais, configuradas de forma eurocêntrica e que constroem uma visão de mundo totalizante. Essa aproximação tem, e teve início com Aníbal Quijano (2002), Walter D. Mignolo (2000), Gayatri Spivak (2010) e Catherine Walsh (2013).

Por último, destaco que, pelos motivos apresentados anteriormente, está sendo essencial o diálogo com Berber Bevernage (2018), e Reinhart Koselleck (2014; 2015). Para isto utilizo, inicialmente, as obras História, memória e violência de Estado: Tempo e justiça de Bevernage, Estratos do Tempo: estudos sobre a História e Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos, de Koselleck.

O referencial teórico aqui citado vem sendo essencial para a construção do recorte deste trabalho. Durante a pesquisa tem nos auxiliado na lida com o corpus documental utilizado e na relação que estabelecemos com a historiografia existente sobre o tema aqui proposto. Nos fornece subsídios para a problematização da formação recebida nas licenciaturas em história, bem como do saber historiográfico produzido no Piauí e nacionalmente sobre formação docente e sobre o currículo da Licenciatura em História, possibilitando a identificação de permanências e rupturas.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.



APPLE, Michael. **Currículo, poder e lutas educacionais: com a palavras os subalternos**. Caxias do Sul: Penso, 2007.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2012.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BEVERNAGE, Berber. **História, memória e violência de Estado: tempo e justiça**. Serra: Editora Milfontes, 2018.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2005.

COLLINS, Patrícia Hill. BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Aryana Lima. **De um curso d'água a outro: memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP**. 2018. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da UFRJ, Rio de Janeiro.

COSTA, Aryana Lima. **A formação de profissionais de História: o caso da UFRN**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UFPB, João Pessoa.

COSTA, Aryana Lima. Oliveira, Margarida Maria Dias De. "O ensino de história como objeto de pesquisa no Brasil: no aniversário de 50 anos de uma área de pesquisa, notícias do que virá". **Revista de História**, p.147-160, jan./jun. 2007.

COSTA, Joaze Bernardino. TORRES, Nelson Maldonado. GROSFOGUEL, Ramón. Introdução: Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. In: **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2.ed-Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, pp 05-22, jan/jun, 2012.

FERREIRA, Angela Ribeiro. **Entre as práticas das teorias e vice-versa: A prática de ensino como componente curricular nas licenciaturas em História no Brasil após 2002**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG, Ponta Grossa.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, pp 80-108, jan/mar. 2018.

FERREIRA; Marieta de Moraes; AMADO; Janaina (orgs). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp 204-209.



FERREIRA, Marieta de Moraes. O lugar do ensino de História: desafios para as licenciaturas. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira (org.). **Historiografia: rastros e vestígios documentais de trabalhadoras e trabalhadores**. Recife: Editora UFPE, 2022. (Série Ars histórica), p. 63-79.

GOMES, Angela de Castro. História Oral, historiadores e temas sensíveis: um giro no parafuso. In: **História Oral e Historiografia**. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2020.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2.ed-Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

GROSGOUEL, Ramón. “Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada”. In: COSTA, Joaze Bernardino. TORRES, Nelson Maldonado.

GROSGOUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2.ed-Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas. In: Koselleck, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto. pp. 305–328, 2015.

_____. **Estratos de Tempo: estudos sobre a História**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LIPPOLD, Walter Günther Rodrigues. **A África no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: possibilidades de efetivação da Lei 11.645/2008 e da Lei 10639/2003, um estudo de caso**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de educação da UFRS, Porto Alegre.

MEIHY, José Carlos Sebe (org.). **(Re)introduzindo história oral no Brasil**. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias De. “O ensino de História, a memória e o patrimônio cultural”. **História e Ensino**, v. 15, p.119-130, ago. 2009.

CEPRO, Fundação. **Piauí em Números**. 8ª ed. Teresina, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Acessível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf.



RAMOS, Flávia Regina Oliveira. **A formação inicial de professores e a Universidade: alguns olhares sobre as licenciaturas em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica-PUC, Rio de Janeiro.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: CED; CEAO, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e identidade social. In: **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. Ed. - Belo horizonte: Autêntica, 2005.

SILVEIRA, Maria Caroline Aguiar Da. **Formação inicial de professores de História: organizações curriculares e saber constituintes**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande-FURG, Rio Grande.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode O Subalterno Falar?** Trad. Sandra Regina Goulart, Marcos Pereira, André Pereira Feitosa. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TORRES, Nelson Maldonado. “Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas”. In: COSTA, Joaze Bernardino. TORRES, Nelson Maldonado. GROSFOGUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2.ed-Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

VALENTINI, Aline de Alcântara. **História e cultura indígena nas Licenciaturas em História: USP, UNESP/FCL-Assis, UNICAMP E PUC-SP**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica-PUC, São Paulo.

VIEIRA, Karla Andrezza. **Passados que não passam: Racismo no Ensino De História e a Lei Nº 10.639/03 Em Escolas Estaduais Catarinenses (2003 – 2021)**. 2022. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC, Florianópolis.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia e Decolonial: in-surgir, re-existir e reviver. In.: CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: documento eletrônico, 2009.

_____. **Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.

_____. **Interculturalidad y (de)colonialidad: Perspectivas críticas y políticas**. Visão Global, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012.



BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm . Acesso em 22/06/2023.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm . Acesso em 22/06/2023.